



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638499 - SC (2021/0000967-3)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : PATRIQUE RICARDO MACANEIRO (PRESO)
CORRÉU : RODRIGO WALDIR PRADELLA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PATRIQUE RICARDO MACANEIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 5007129-28.2020.8.24.0033).

O paciente foi condenado à pena de 6 meses de detenção, no regime inicialmente semiaberto, pela prática do delito de desacato (art. 331 do Código Penal). Posteriormente, a apelação defensiva foi desprovida pelo Tribunal de origem.

Nesta via, a impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, porque foi aplicada a pena de detenção sem amparo em fundamentação idônea.

Aduz que o tipo penal prevê a imposição alternativa de pena de multa e de detenção e que a escolha da reprimenda mais gravosa demanda fundamentação específica.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para aplicar exclusivamente a pena de multa ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente